

---

## RESOLUÇÃO

---

### **Valorizar o trabalho e os trabalhadores da EGF**

#### **Reverter a privatização, melhorar o serviço público de resíduos**

A privatização da EGF, imposta pelo governo PSD/CDS em 2014, contra a vontade dos municípios, populações e trabalhadores, adquirida pelo grupo Mota-Engil/SUMA, gerou um monopólio privado no sector dos resíduos sem paralelo na Europa, com enormes consequências laborais, sociais, ambientais.

Nas mãos da gestão privada, cujo objectivo é a maximização do lucro, o serviço público de resíduos foi transformado num negócio, os municípios encarados como meros clientes, o trabalho e os trabalhadores desvalorizados e convertidos numa variável de custo.

As consequências são evidentes: salários congelados, agravando a perda de poder de compra dos trabalhadores; imposição de polivalência, maior carga e ritmo de trabalho; mais precariedade; marcada disparidade e desigualdade de tratamento entre trabalhadores; ausência de reconhecimento e compensação do risco, fortemente agravado pelo surto pandémico; bloqueio da negociação colectiva, levando a que os problemas se acumulem, arrastem e agravem, com forte impacto negativo na vida dos trabalhadores e na qualidade da prestação dos serviços.

Apesar disto, os trabalhadores nunca negaram esforços, cumprindo os seus deveres profissionais e assumindo o seu compromisso com as populações; é, pois, com legitimidade reforçada que não aceitam a degradação crescente dos seus direitos e das suas condições de trabalho e o desrespeito por parte da EGF.

A EGF tem argumentado que não pode melhorar as condições por causa dos maus resultados, da política tarifária imposta pelo regulador, a ERSAR, da pandemia, desculpas que não colhem.

Convém lembrar que a Mota-Engil/SUMA começou por retirar e distribuir milhões de euros de dividendos acumulados durante a gestão pública que eram aplicados para conter o aumento das tarifas realizar investimentos e melhorar as condições de trabalho. Além disso, entre 2015 e 2018, o grupo EGF registou 56 milhões de euros de resultados positivos, distribuindo nesse período mais de 30 milhões de euros de dividendos aos accionistas, com a fatia maior a ir parar ao bolso da Mota-Engil/SUMA.

Relativamente às tarifas, a verdade é que, desde 2015, os aumentos têm sido significativos. Reportando a 2020, em oito das empresas - Algar, Amarsul, Ersuc, Resiestrela, Resinorte, Valorlis, Valorminho, Valorsul, os preços subiram, e desceram em três – Resultima, Suldouro e Valnor. Em 2021, as tarifas voltaram a subir em oito sistemas – Algar, Amarsul, Resiestrela, Resinorte, Resultima, Suldouro, Valorlis, e Valorminho, neste caso, para mais do dobro, mantendo-se igual em três, Ersuc, Valnor, Valorsul.

Ainda assim, e visando aumentar o lucro que esperava conseguir, a EGF tem vindo a exigir à ERSAR o aumento dos proveitos permitidos o que agravaria as tarifas ainda mais.

Após sete anos de gestão privada, os serviços estão piores, a exploração laboral agravou-se, os municípios e as populações pagam tarifas cada vez mais elevadas, a que acresce o brutal aumento, decidido pelo governo, da taxa de gestão de resíduos.

Apesar da insistência do STAL, da Fiequimetal e dos seus sindicatos na apresentação de propostas concretas, visando solucionar os graves problemas laborais, a EGF tem recusado abrir qualquer processo de negociação digno desse nome. Isto, apesar de os sindicatos, insistentemente, requererem a realização de processos negociais, incluindo o recurso à DGERT, apresentando propostas devidamente fundamentadas destinadas a melhorar as condições de trabalho.

Assim, os trabalhadores da VALNOR presentes na concentração realizada em Portalegre, em 30/08/2021:

- Condenam o bloqueio negocial imposto pela EGF e exigem o aumento imediato dos salários e outras prestações pecuniárias, a atribuição de um subsídio de risco extraordinário no quadro do surto epidémico e a regulamentação de um suplemento de risco, a dignificação das carreiras, o fim da precariedade, a melhoria das condições de trabalho e a celebração de um Acordo Colectivo de Trabalho, visando uniformizar as regras para todos os trabalhadores e todas as empresas do grupo, que promova e garanta a valorização profissional indispensável à qualidade do serviço público.
- Reclamam a intervenção urgente da Autoridade para as Condições de Trabalho perante os ataques, conforme têm sido denunciados, contra os direitos laborais e sindicais e a degradação das condições de trabalho, nomeadamente a desregulação de horários, a precariedade, entre outros problemas existentes nas empresas do grupo.
- Apelam aos Municípios, simultaneamente accionistas, clientes e pagadores dos serviços, que actuem no sentido de garantir a defesa das respectivas populações, de serviços públicos de qualidade e do trabalho com direitos, contribuindo activamente para a melhoria das condições laborais.
- Afirmam a exigência de reverter a privatização da EGF para garantir uma política de resíduos norteadas pelos interesses das populações e por razões ambientais e não por lógicas de lucro.
- Continuarão a desenvolver as acções de luta que se tornarem indispensáveis para denunciar, protestar e, principalmente, exigir soluções para os problemas.

A Concentração de Trabalhadores